

# **História do Controle da Constitucionalidade das Leis no Brasil**

PERCURSOS DO PENSAMENTO CONSTITUCIONAL  
NO SÉCULO XIX (1824-1891)

**2015**

Marcelo Casseb Continentino

**HISTÓRIA DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NO BRASIL**  
**PERCURSOS DO PENSAMENTO CONSTITUCIONAL NO SÉCULO XIX (1824-1891)**

© Almedina, 2015

AUTOR: Marcelo Casseb Continentino

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-858-49-3060-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Continentino, Marcelo Casseb  
História do controle da constitucionalidade das  
leis no Brasil: percursos do pensamento  
constitucional no Século XIX (1824-1891)/  
Marcelo Casseb Continentino. – São Paulo:  
Almedina, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-060-9

1. Brasil – Controle de constitucionalidade  
das leis – História 2. Brasil – Direito constitucional  
3. Direito – História I. Título.

15-06421

CDU-342(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Controle da constitucionalidade  
das leis: História: Direito constitucional  
342(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Agosto, 2015

EDITORIA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
 CAPÍTULO 1. O DISCURSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO SOBRE AS ORIGENS DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE.....	 27
1.1. Sobre a “origem” do controle da constitucionalidade das leis no direito constitucional brasileiro .....	29
1.2. Nossa proposta de compreensão da formação histórica do controle da constitucionalidade.....	48
 CAPÍTULO 2. HISTÓRIA, DIREITO E PENSAMENTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	 55
2.1. Sobre a definição de pensamento jurídico ou pensamento constitucional	58
2.2. É possível trabalhar com a categoria pensamento constitucional brasileiro?	62
2.3. Pensamento constitucional brasileiro, metodologia e fontes de pesquisa	64
 CAPÍTULO 3. PENSAMENTO CONSTITUCIONAL NA CONSTITUINTE DE 1823.....	 69
3.1. A convocação da Constituinte de 1823 .....	71
3.2. A Assembleia Constituinte de 1823: tensão, paradoxo e limites .....	78
3.2.1. Legitimidade e supremacia do imperador .....	80
3.2.2. A ideia de separação de poderes e de controle da constitucionalidade.....	88

3.2.3. Imagem dos juízes e o Poder Judiciário no Projeto da Assembleia de 1823. ....	92
3.3. Influências intelectuais no Projeto de Constituição de 1823 .....	101
3.3.1. Ideias e pensadores. ....	101
3.3.2. Modelos constitucionais .....	112
3.3.2.1. Pensamentos na experiência constitucional francesa. ....	114
3.3.2.2. Pensamentos na experiência constitucional espanhola .....	125
3.3.2.3. Pensamentos na experiência constitucional portuguesa .....	129

## CAPÍTULO 4. PENSAMENTO CONSTITUCIONAL

NA CONSTITUIÇÃO DE 1824 .....	137
4.1. O contexto de dissolução da Constituinte e de outorga da Constituição de 1824 .....	138
4.2. Influências intelectuais na Constituição de 1824: o legado de Benjamin Constant .....	147
4.3. A Constituição de 1824 e a recepção da teoria do Poder Neutral .....	157
4.4. O Projeto de Constituição de 1823 e a Constituição de 1824: o problema de sua natureza “liberal” .....	165
4.5. A estruturação do Poder Judiciário no Projeto de 1823, na Constituição de 1824 e noutros textos constitucionais. ....	177

## CAPÍTULO 5. PENSAMENTO CONSTITUCIONAL À LUZ

DA CONSTITUIÇÃO DE 1824 .....	187
5.1. Fase preliminar: crítica à Carta por Frei Caneca e defesa da Constituição por Cairu. ....	188
5.2. Primeira fase do pensamento constitucional brasileiro (1827-1850): apologia à Constituição .....	196
5.3. Segunda fase do pensamento constitucional (1850-1870): experiência institucional à luz da Constituição .....	210
5.3.1. A doutrina do direito administrativo e o pensamento constitucional .....	227
5.3.2. Debate sobre o Poder Moderador: a crítica no pensamento constitucional (1860-1870) .....	246
5.4. Terceira fase do pensamento constitucional (1870-1889): crítica à Constituição .....	263
5.4.1. A luta pela Constituição do Império e seu sistema de governo ....	264

5.4.2. Crítica e crise: pensando e propondo novas bases para o direito constitucional .....	278
---	-----

## CAPÍTULO 6. O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

DAS LEIS NO IMPÉRIO.....	289
6.1. O controle da constitucionalidade .....	289
6.1.1. Controle da constitucionalidade pelo presidente de província ....	300
6.1.2. Controle da constitucionalidade pela Assembleia Geral.....	303
6.1.3. Controle da constitucionalidade pelo governo imperial .....	306
6.2. O controle judicial no Império .....	313
6.2.1. Controle judicial da constitucionalidade das leis .....	314
6.2.2. Controle judicial da legalidade das normas infralegais .....	326
6.3. Discurso de afirmação do Poder Judiciário .....	331
6.3.1. Independência judicial .....	332
6.3.2. Interpretação judicial.....	350
6.3.3. Semântica da separação dos poderes à luz do contexto jurídico-político.....	381

CONCLUSÃO: O PENSAMENTO CONSTITUCIONAL DO IMPÉRIO NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO .....	399
---	-----

REFERÊNCIAS.....	421
------------------	-----